



## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018**

### **Apresentação**

O presente relatório tem por objetivo informar, de maneira sucinta, as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno (Secin), no exercício de 2018, no cumprimento de sua função institucional.

O art. 265 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n. 17 de 1989, prevê que o sistema de controle interno será coordenado e executado por órgão integrante da estrutura administrativa da Casa. Nesse sentido, a Resolução n. 69 de 1994 instituiu a Secretaria de Controle Interno (Secin), com o propósito de exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, além de efetuar a verificação e a avaliação dos resultados obtidos pelos administradores públicos, no âmbito da Câmara dos Deputados, observados os princípios definidos nos arts. 37 e 74 da Constituição Federal de 1988.

Quanto ao posicionamento hierárquico, a Secin é uma unidade de assessoramento diretamente subordinada à Mesa Diretora, a quem compete a suprema direção dos órgãos que integram a estrutura administrativa desta Casa Legislativa, em conformidade com o Regimento Interno. O art. 4º da Resolução n. 69 de 1994 dispõe que o Secretário de Controle Interno será nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, após escolha pelo voto da maioria absoluta dos membros da Mesa Diretora, dentre servidores públicos de carreira técnica ou profissional da Câmara dos Deputados que atendam aos requisitos previstos no art. 73 da Constituição Federal. O Secretário de Controle Interno reporta-se diretamente ao Presidente da Câmara dos Deputados.

O Ato da Mesa n. 133 de 2016 conferiu nova estrutura à Secin e atualizou seu rol de competências com o objetivo de aproximar a Secretaria da governança institucional, visto que as boas práticas do tema associam princípios a recomendações objetivas, alinhando objetivos e metas, preservando e otimizando o valor da instituição. A unidade de controle interno exerce um papel fundamental no sentido de promover o ajuste e a correta avaliação entre os objetivos emanados da alta gestão e os controles internos estabelecidos pelas áreas nos processos de trabalho. O mesmo Ato criou o Núcleo Setorial de Gestão, a fim de fortalecer o suporte ao modelo de gestão estratégica da Câmara dos Deputados, com o diferencial de também apoiar os Escritórios Setoriais de Gestão das demais Diretorias e Secretarias da Casa no acompanhamento das recomendações feitas pela Secin.

Para dar cumprimento à sua função institucional, a Secin conta com a seguinte estrutura:



- a) Núcleo de Análise de Atos de Pessoal (Napes);
- b) Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop);
- c) Núcleo de Auditoria de Licitações, Contratos e Patrimônio (Nualc);
- d) Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh);
- e) Núcleo de Auditoria de Tecnologia da Informação (Nuati);
- f) Núcleo Setorial de Gestão (NSG); e
- g) Seção Administrativa (Secad).

Cumpre, ainda, lembrar que a auditoria interna realizada pela Secin é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria estabelecida para aumentar e proteger o valor organizacional da Câmara dos Deputados. Essa independência encontra-se enfatizada no Estatuto da Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados (disponível em <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/35419>), instituído pela Portaria Secin n. 1 de 2016. O Estatuto define o propósito, a autoridade, a responsabilidade e o escopo da função de auditoria interna, está alinhado com as boas práticas associadas ao tema, e estabelece a posição dessa atividade na Câmara dos Deputados. O Estatuto contém, ainda, o Código de Ética da Secin, que estabelece os princípios e valores que devem pautar os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria e nortear o comportamento profissional dos seus servidores.

O escopo da atividade de auditoria interna da Secin engloba a consultoria, o exame e a avaliação da adequação e da eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos processos internos da Câmara dos Deputados. As ações de controle desenvolvidas visam auxiliar a Casa a realizar a estratégia definida, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada destinada a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos da gestão e de governança. A atuação da Secin se concretiza por meio das seguintes ações de controle: auditoria (avaliação), consultoria (assessoramento), levantamento, inspeção, auditoria de gestão e análise de atos de pessoal, sem prejuízo de outras ações previstas em lei e normativos aplicáveis.

Quanto à sistemática de comunicação das ações de controle, o Plano Anual de Controle Interno (Paci), que define e justifica as ações planejadas a serem realizadas no período subsequente, é submetido previamente à Mesa Diretora, para revisão e aprovação, e publicado no boletim administrativo para conhecimento geral da Casa. Na elaboração do Paci, busca-se alinhamento entre as atividades da Secin com os objetivos institucionais, considerando-se a abordagem de gerenciamento de riscos. Além disso, as ações de controle são consubstanciadas em relatórios dirigidos aos responsáveis pelas unidades administrativas auditadas e são realizados monitoramentos periódicos, bem como manifestações em processos. Caso ocorra a baixa de uma recomendação cujos riscos ainda se mantenham relevantes, tal situação é previamente relatada à alta administração e



as informações pertinentes são incluídas no Relatório de Auditoria de Gestão (RAG).

As ações de controle planejadas e executadas pela Secin, em 2018, podem ser consultadas no Relatório de Atividades disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/auditoria-interna>.

Passa-se à descrição do Plano de Controle Interno estabelecido para o exercício de 2018.

## 1. Ações de Controle Planejadas

PLANO DE AUDITORIAS - 2018				
ATIVIDADE	ENTIDADE AUDITORA	PROCESSO	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Auditoria – avaliar a confiabilidade e a integridade dos registros contábeis	Nacop	Defin / Realizar a gestão contábil e patrimonial	1/3/2018	30/9/2018
Auditoria - avaliar os controles internos relacionados ao processo de trabalho “executar pesquisa e inovação em TIC”	Nuati	Cenin / Executar pesquisa e inovação em TIC	1/2/2018	31/7/2018
Consultoria – assessoramento a gestores da DRH	Nuarh	DRH / Gerir recursos humanos	2/4/2018	30/11/2018
Levantamento – conhecer e sistematizar informações do processo de trabalho “realizar reunião de Comissão”	Secin <sup>1</sup>	Dileg / Realizar reunião de Comissão	2/4/2018	30/11/2018
Levantamento – conhecer e sistematizar informações do processo de trabalho “receber, examinar e encaminhar reclamações e denúncias aos órgãos competentes”	Secin <sup>7</sup>	Ouvidoria Parlamentar/ Receber, examinar e encaminhar reclamações e denúncias aos órgãos competentes	1/8/2018	30/11/2018
Levantamento – conhecer e sistematizar informações do processo de trabalho	Nualc	Dirad / Detec / Gerir a logística	19/2/2018	19/9/2018

<sup>1</sup> Essa atividade envolve mais de um núcleo da Secin.



“gerenciar a operação predial”				
Levantamento – conhecer e sistematizar informações do processo de trabalho “gerenciar os sistemas prediais”	Nualc	Dirad / Detec / Gerir a logística	19/2/2018	19/9/2018
Consultoria – assessoramento a unidades administrativas da Câmara dos Deputados	Secin <sup>7</sup>	Gestão da Câmara dos Deputados	1.688 h <sup>2</sup>	

### PLANO DE ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL - 2018<sup>3</sup>

ATIVIDADE	ENTIDADE AUDITORA	QTD.PROCESSOS	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Admissões	Napes	20	2/1/2018	31/12/2018
Alteração Aposentadoria Parlamentar	Napes	1	2/1/2018	31/12/2018
Alterações de Aposentadorias Civas	Napes	15	2/1/2018	31/12/2018
Aposentadoria Parlamentar	Napes	12	2/1/2018	31/12/2018
Aposentadorias Civas	Napes	210	2/1/2018	31/12/2018
Desligamentos	Napes	21	2/1/2018	31/12/2018
Pensão Parlamentar	Napes	20	2/1/2018	31/12/2018
Pensões Civas	Napes	50	2/1/2018	31/12/2018
Outros Atos <sup>4</sup>	Napes	5	2/1/2018	31/12/2018
<b>Total</b>			<b>354</b>	

### AÇÕES DE CONTROLE REMANESCENTES DO ANO DE 2017

<sup>2</sup> Previsão de horas a serem utilizadas nesse tipo de ação durante todo o ano.

<sup>3</sup> Ressalta-se que o Napes, além da análise dos diversos atos de pessoal, é responsável pelo acompanhamento de diligências relativas ao registro de atos de pessoal encaminhadas pelo TCU e por outras atividades, tais como a elaboração de manifestações em processos, quando solicitado pelo Secretário de Controle Interno, e participação em ações de controle conjuntas ou quando conduzidas pelos outros núcleos.

<sup>4</sup> Alteração de pensão parlamentar e de pensão civil, reversão, transferência, cancelamento, entre outros.



ATIVIDADE	ENTIDADE AUDITORA	PROCESSO	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO
Avaliar controles internos do processo de realização de pagamento de pessoal	Nacop	DG/45.05 Realizar pagamento de pessoal	2/1/2018	28/2/2018
Avaliar controles internos do processo de gestão dos restos a pagar	Nacop	DG/45.12. Gerir os restos a pagar	2/1/2018	28/2/2018
Avaliar controles internos do processo de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos	Nacop	DG/45.11. Realizar despesas por suprimento de fundos	2/1/2018	28/2/2018
Avaliar controles internos do processo de gerenciamento de frequência, licenças e afastamentos	Nuarh	DRH/42.01.02. Gerenciar frequência, licenças e afastamentos	2/1/2018	31/7/2018
Avaliar controles internos do processo de gestão de requisição de servidores	Nuarh	DRH/42.01.03. Gerir movimentação	2/1/2018	30/3/2018

## 2. Ações de Controle Realizadas

### 2.1. Ações de Controle Compulsórias

ANÁLISES DE CONFORMIDADE			
AÇÃO DE CONTROLE	OBJETIVO	IDENTIFICAÇÃO	Nº PROCESSO
Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Cumprir as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias	RGF 1º Quadrimestre	313.849/2018
		RGF 2º Quadrimestre	442.606/2018
		RGF 3º Quadrimestre	208.902/2019
Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Cumprir as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias	RGF 1º Quadrimestre	313.849/2018
Análise do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Cumprir as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias	RGF 2º Quadrimestre	442.606/2018

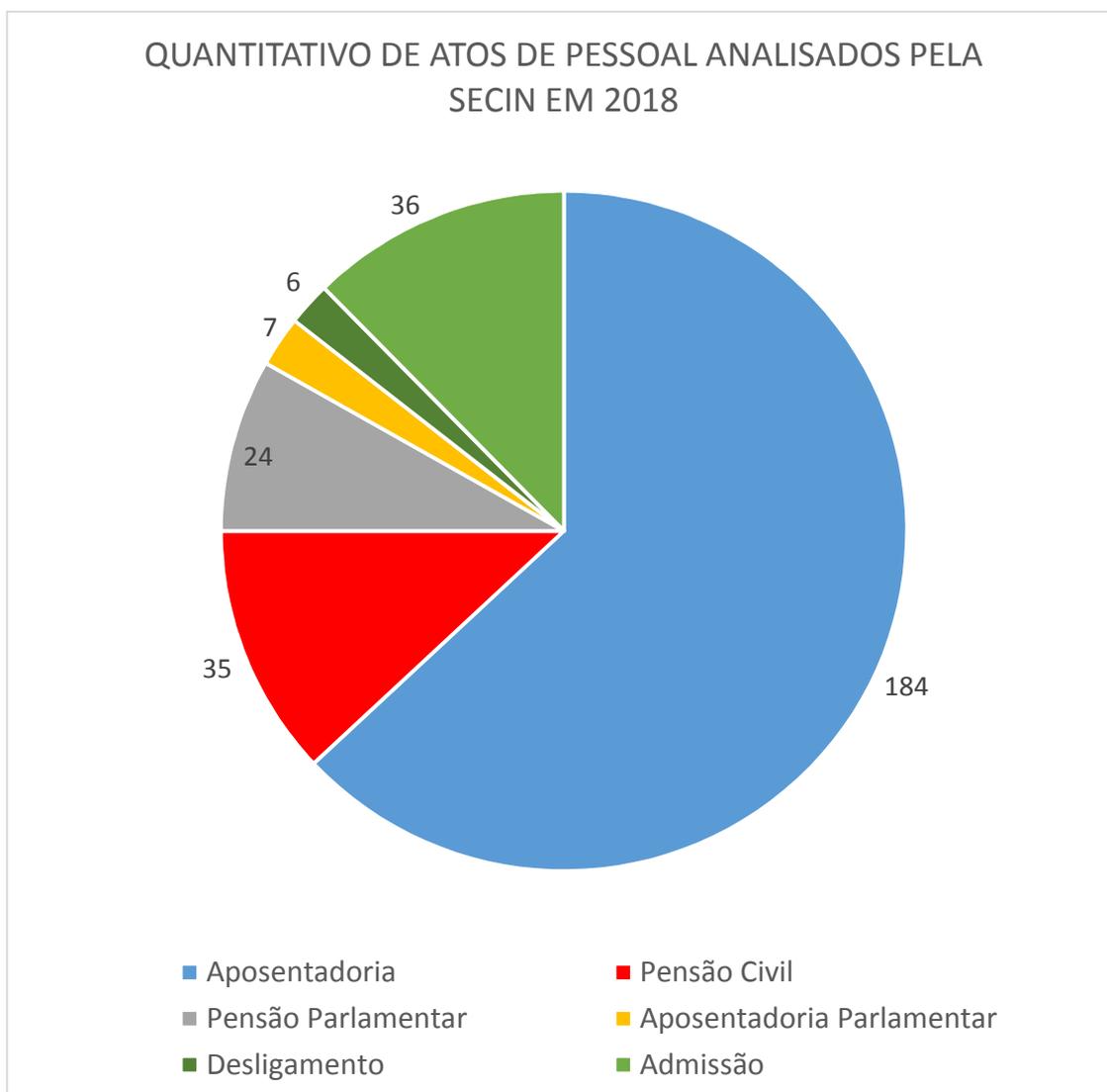


Auditoria de Gestão	Avaliar a prestação das Contas da Câmara dos Deputados (CD), relativa ao exercício de 2017		
---------------------	--	--	--

### ANÁLISES DE ATOS DE PESSOAL

No que se refere à análise e emissão de parecer sobre os atos de admissão de pessoal e de concessão de benefícios previdenciários, foram analisados 292 atos, no exercício de 2018, distribuídos conforme Figura 1.

Figura 1



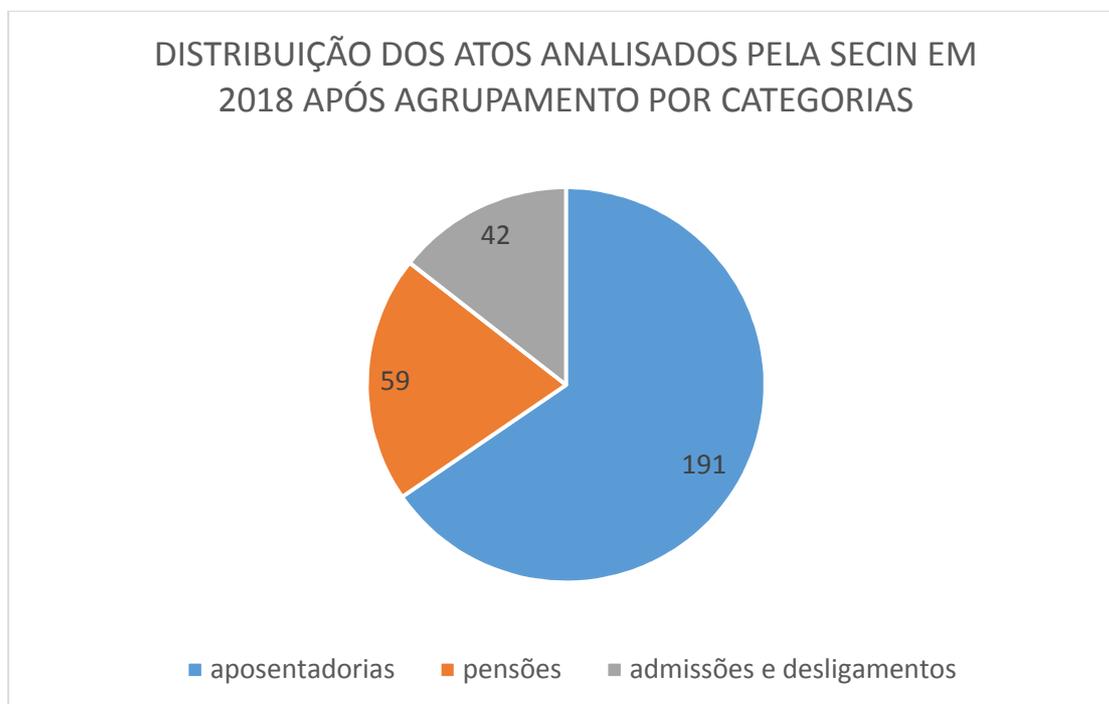
Fonte: Sistema CAP



O agrupamento em categorias revela que a maior parte dos atos, 65,4% do total, correspondem a concessões iniciais e alterações de aposentadoria de servidores e de parlamentares. Do total de atos de aposentadoria, 96,34% são de servidores.

Na sequência, as pensões instituídas por servidores e parlamentares respondem por 20% do total de atos. Do total de atos de pensão, 59,32% são instituídas por servidores e 40,67%, por parlamentares. Demais atos, como desligamentos e admissões, corresponderam a 14,38% do total analisado no exercício de 2018, conforme Figuras 2 e 3.

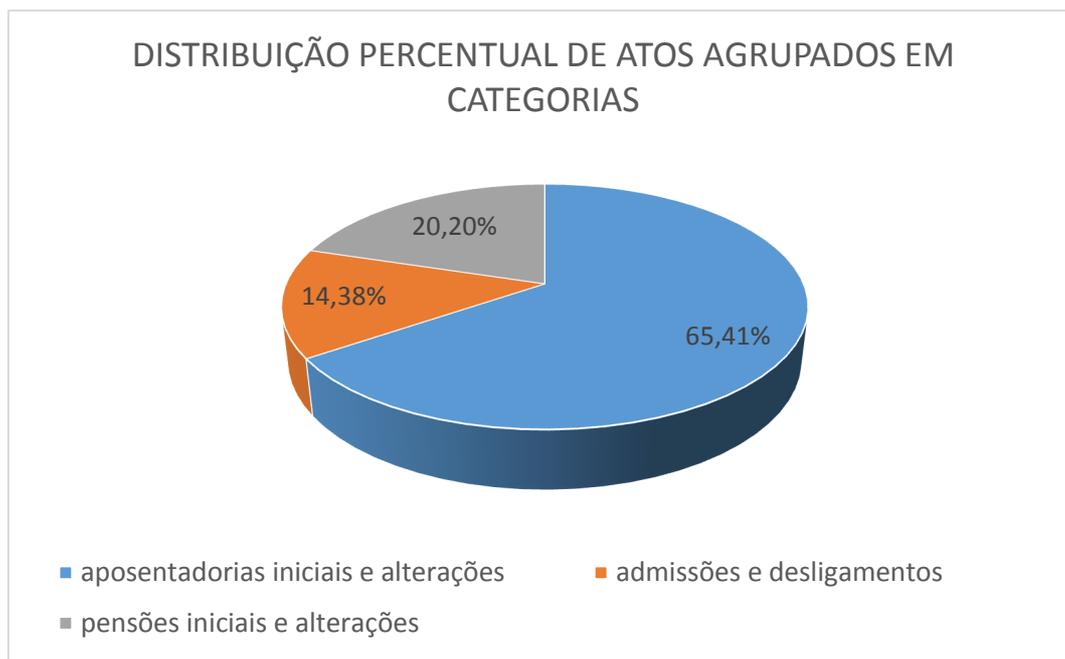
Figura 2



Fonte: Sistema CAP



Figura 3



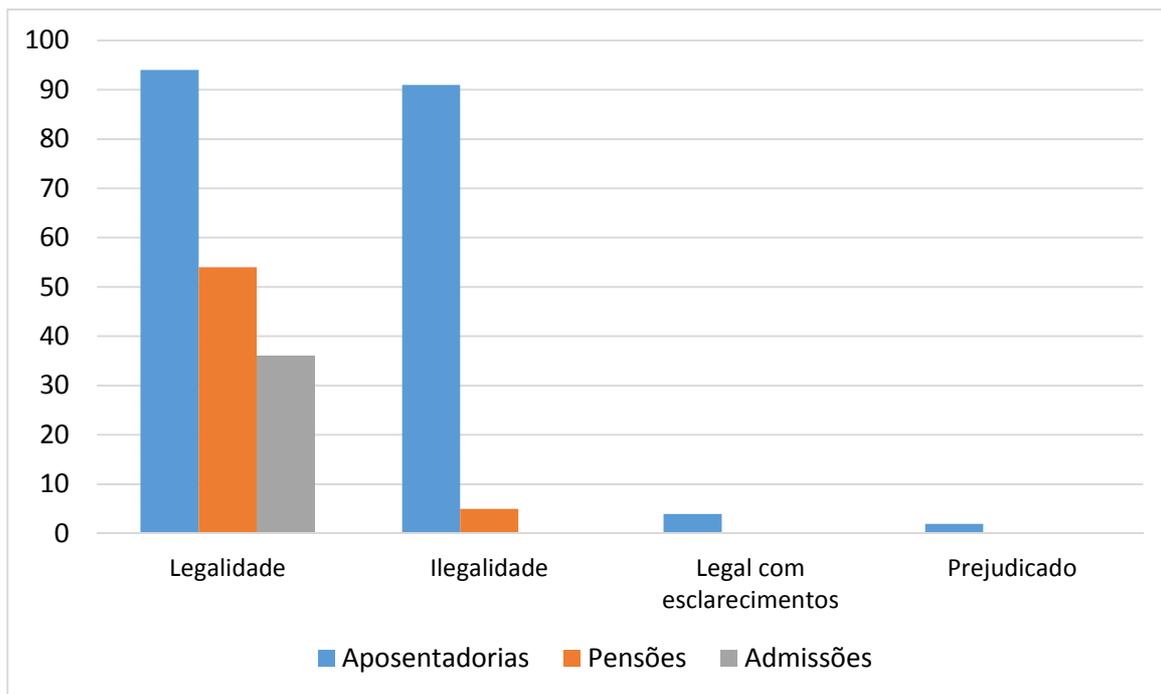
Fonte: Sistema CAP

O envio das análises ao TCU ocorre por meio de dois sistemas. Para os atos referentes a parlamentares, pelo Sistema de Avaliação dos Atos de Admissão e Concessões (SisacNet). Para os atos referentes a servidores, pelo Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões para a Administração Pública Federal e Empresas Estatais (E-Pessoal). Nos dois sistemas deve ser observado o prazo de 120 dias, contados a partir do recebimento do ato, para que se ultime a revisão, conforme artigo 11, § 1º, da IN/TCU n. 78, de 21 de março de 2018.

Do total de atos analisados em 2018, 65,73% foram encaminhados ao TCU com parecer pela legalidade e 33,56%, pela ilegalidade, o que demonstra a manutenção da eficácia dos controles internos administrativos preventivos (Figuras 4 e 5).

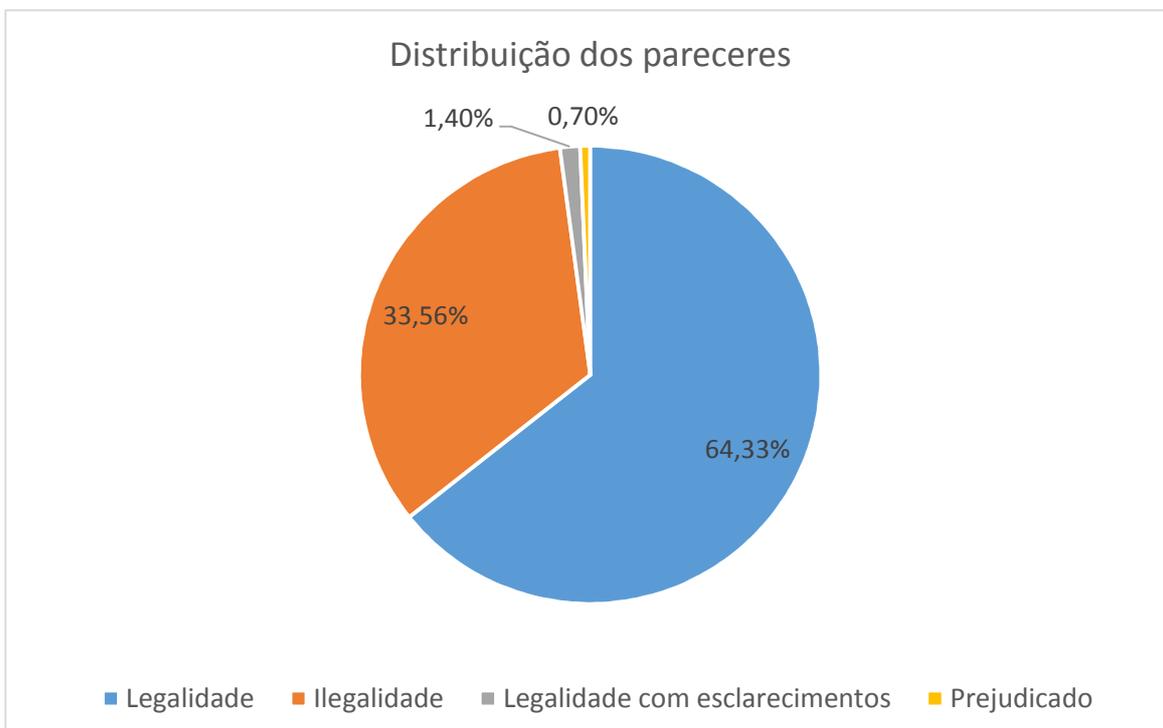


Figura 4



Fonte: Sistema CAP

Figura 5



Fonte: Sistema CAP

No que tange ao percentual de atos com parecer pela ilegalidade, vale dizer que a quase totalidade decorre do posicionamento do próprio TCU, que não mais admitiu a incorporação de quintos pelo exercício de função no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, conforme amplamente verificado pelos Acórdãos daquela Corte de Contas.

## 2.2 . Ações de Controle Eletivas

AUDITORIAS, LEVANTAMENTOS E INSPEÇÕES			
AÇÃO DE CONTROLE	OBJETIVO	IDENTIFICAÇÃO	Nº PROCESSO
Auditoria das Demonstrações Financeiras	Avaliar o processo de registro, evidenciação e estimativas contábeis dos demonstrativos financeiros da Câmara dos Deputados	RA 3/2017-Nacop	329.678/2017



<b>AÇÃO DE CONTROLE</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº PROCESSO</b>
Executar pesquisa e inovação em TIC	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles de gestão no processo Executar Pesquisa e Inovação em TIC	Relatório de Auditoria n. 1/2018 – Nuati	415.248/2018
Auditoria no processo de gestão da requisição de servidores efetivos da Casa	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão do processo “Gerir Movimentação – gerir a requisição de servidores da Casa”	RA 1/2018- Nuarh	462.560/2018
Auditoria nos processos de averbação de mandato parlamentar a título oneroso e de aproveitamento de mandato parlamentar	Examinar os controles administrativos relacionados aos processos de averbação de mandato parlamentar a título oneroso e de aproveitamento de mandato parlamentar junto ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC).	-	Em andamento
Levantamento – conhecer e sistematizar informações do processo de trabalho “gerenciar a operação predial”	1) Identificar processos críticos do Departamento Técnico que impactem a realização de reuniões de Comissões e a realização de sessões plenárias. 2) Aprofundar conhecimentos no processo de trabalho para planejar futuros trabalhos de auditoria.	Relatório de Levantamento n. 1/2018	458.644/2018
Levantamento – conhecer e sistematizar informações do processo de trabalho “gerenciar os sistemas prediais”	1) Identificar processos críticos do Departamento Técnico que impactem a realização de reuniões de Comissões e a realização de sessões plenárias. 2) Aprofundar conhecimentos no processo de trabalho para planejar futuros trabalhos de auditoria.	Relatório de Levantamento n. 2/2018	458.451/2018



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

<b>AUDITORIAS, LEVANTAMENTOS E INSPEÇÕES EXTRA PACI</b>			
<b>AÇÃO DE CONTROLE</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>Nº PROCESSO</b>
Inspeção desenvolvida a partir da solicitação do Memorando n. 17/2018 – Diretoria-Geral).	Apuração de denúncia publicada no site da entidade Sindcâmara, que sugere a suspeição de irregularidades no processo licitatório e na execução do respectivo contrato para construção do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais da Câmara dos Deputados, no Setor de Indústria e Abastecimento (Ceam/SIA)	Relatório de inspeção n. 1/2018	328.435/2018

<b>CONSULTORIAS</b>		
<b>PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS CORPORATIVAS</b>	<b>QTD. AUDITORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>
Projeto arquitetura de processos (em parceria com a Aproge)	2	8/1 a 31/10/2018
<b>INSTRUTORIA EM CURSOS PARA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA</b>	<b>QTD. AUDITORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>
Capacitação Instrumental em Gestão – Módulo Pessoas em Planejamento	1	25/9 a 18/10/2018
III Jornada de boas práticas em contratações públicas	1	25/9 a 27/9/2018
Consultoria acerca de normatizações relacionadas ao programa de mestrado da Câmara dos Deputados (Grupo de Trabalho interdisciplinar instituído pela Portaria n. 9/2018).	1	29/1 a 10/12/2018
<b>CONSULTORIA PRESTADA A ENTES EXTERNOS</b>	<b>QTD. AUDITORES ENVOLVIDOS</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>
Implantação da Controladoria da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte	2	8/7 a 14/7/2018

<b>PARECERES E NOTAS TÉCNICAS</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>DATA DA ENTREGA</b>
-----------------------------------	----------------	------------------------



NT 2/2018 Processo 14869/2005	– n.	Averbação de tempo de serviço militar prestado como aluno Praça-Especial no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do Instituto Militar de Engenharia (IME). Possibilidade de averbação do período integral. Acórdão TCU n. 25/2003 – Plenário.	2/4/2018
NT 3/2018 Processo 115438/2016	– n.	Requerimento de Aposentadoria Especial. Cômputo de tempos de serviço prestados em entidades paraestatais e em programa de residência médica. Impossibilidade. Orientação Normativa n. 16, de 23 de dezembro de 2013 (ON n. 16/2013), da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	18/5

### 2.3. Monitoramento de Recomendações

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
1	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre o processo COBIT APO03 – Gerir Arquitetura Corporativa	RA n. 2 /2017- Nuati	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo COBIT 5 APO03 – Gerir Arquitetura Corporativa	263.008/2017
5	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a Governança de TI com base nos processos COBIT 5 BAI04 – Gerenciar disponibilidade e capacidade; e DSS04 – Gerenciar continuidade	RA n. 1/2014- Nuati	Avaliar os seguintes aspectos de governança de TI na Câmara dos Deputados: Capacidade; Desempenho; e Continuidade de negócio	117.351/2014
5	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre o Sistema de Solicitação de Férias	RA n. 8/2011- Calip (monitorado pelo Nuati)	Avaliar a governança e os requisitos de segurança da informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade) aplicados ao Sistema de Solicitação de Férias	148.638/2011
4	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre acumulações legais de cargos	RA 2/2015 – Nuarh	Examinar os controles internos da gestão relacionados às acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara dos Deputados	150.308/2015 (486.179/2018)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
3	Monitoramento das recomendações da auditoria no processo "Gerir a Seguridade Social – Regime de Previdência Complementar do Servidor Público Federal"	RA 3/2015 – Nuarh	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo "Gerir a Seguridade Social", notadamente após as modificações ocorridas na gestão da previdência dos servidores efetivos da Câmara dos Deputados, frente à publicação da Lei. 12.618/2012	150.316/2015 (486.183/2018)
4	Monitoramento das recomendações da auditoria do Adicional de Especialização	RA 4/2012- Coasp	Examinar os controles administrativos relacionados ao processo de concessão e pagamento do Adicional de Especialização	133.004/2012
3 <sup>1</sup>	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre recadastramento de aposentados e pensionistas	RA 3/2010- Coasp	Avaliar os controles administrativos referentes ao recadastramento dos aposentados e pensionistas da Câmara dos Deputados	140.962/2010
6	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre requisição de servidores	RA 6/2011- Coasp	Examinar a conformidade dos processos de requisição de servidores efetivos provenientes de órgãos e entidades da Administração Pública para exercício na Câmara dos Deputados	102.420/2012
4	Monitoramento das recomendações da auditoria no Auxílio Transporte	RA 1/2015- Nuarh	Avaliar os controles administrativos relacionados à concessão e ao pagamento do Auxílio-Transporte	136.039/2015 (479.886/2018)
5	Monitoramento das recomendações da auditoria no Auxílio Transporte	RA 1/2015- Nuarh	Avaliar os controles administrativos relacionados à concessão e ao pagamento do Auxílio-Transporte	136.039/2015 (479.886/2018)
5	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a licença-prêmio indenizada	RA 3/2012- Coasp	Examinar a conformidade no processo de pagamento da licença-prêmio convertida em pecúnia	130.661/2012



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
8 <sup>1</sup>	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre obrigações patronais	RA 4/2010-Coasp	Examinar a conformidade dos procedimentos adotados no âmbito da Câmara dos Deputados para o recolhimento e repasse de contribuições previdenciárias patronais de servidores do quadro efetivo, bem como de requisitos de outros órgãos públicos.	140.976/2010 (493.898/2018)
1	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre o gerenciamento de Processos Disciplinares	RA 2/2016-Nuarh	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos destinados ao processo "Gerenciar Processos Disciplinares".	133.045/2016 (478.423/2018)
3	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre acumulações legais de cargos	RA 2/2015-Nuarh	Examinar os controles internos da gestão relacionados às acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara dos Deputados.	150.308/2015 486.179/2018
6	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a licença-prêmio indenizada	RA 3/2012-Coasp	Examinar a conformidade no processo de pagamento da licença-prêmio convertida em pecúnia	130.661/2012
7	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a licença-prêmio indenizada	RA 3/2012-Coasp	Examinar a conformidade no processo de pagamento da licença-prêmio convertida em pecúnia	130.661/2012
3	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre a acumulação de cargos	RA 8/2011-Coasp	Avaliar a eficácia dos controles internos e dos procedimentos administrativos realizados, à época, pelos órgãos de pessoal para assegurar a legalidade da acumulação de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados da Câmara dos Deputados.	150.240/2009
1	Monitoramento da auditoria no processo "Gerir Movimentação – gerir a cessão de servidores da Casa"	RA 1/2017-Nuarh	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo Gerir Movimentação – gerir a cessão de servidores da Casa.	336.098/2017



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
8	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre Obras e Instalações - alterações contratuais	RA Nualc n. 3/2012	Avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos administrativos referentes à execução de alterações nos contratos de Obras e Instalações da Câmara dos Deputados.	116.104/2012 (Sidoc)  479.906/2018 (eDoc)
9	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre Obras e Instalações - alterações contratuais	RA Nualc n. 3/2012	Avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos administrativos referentes à execução de alterações nos contratos de Obras e Instalações da Câmara dos Deputados.	116.104/2012 (Sidoc)  479.906/2018 (eDoc)
2	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre Obras e Instalações - pregão	RA Nualc n. 3/2013	Avaliar a conformidade e a eficiência dos controles internos administrativos nos procedimentos relacionados às contratações de Obras e Instalações com foco na fase de definição da modalidade licitatória pregão.	129.217/2013 (Sidoc)
3	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre Obras e Instalações - pregão	RA Nualc n. 3/2013	Avaliar a conformidade e a eficiência dos controles internos administrativos nos procedimentos relacionados às contratações de Obras e Instalações com foco na fase de definição da modalidade licitatória pregão.	129.217/2013 (Sidoc)
7	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre Obras e Instalações - manutenção predial	RA Nualc n. 5/2013	Avaliar a conformidade e a eficiência dos controles internos administrativos nos procedimentos relacionados a contratações de Obras e Instalações, com foco na manutenção predial preventiva do conjunto edificado da Câmara dos Deputados	137.095/2013 (Sidoc)  486.254/2018 (eDoc)
2	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre Gestão de Infraestrutura – Serviços de Telefonia	RA Nualc n. 1/2015	Avaliar a adequação dos controles internos e a conformidade dos procedimentos relacionados à contratação de serviços de	111.290/2015 (Sidoc)



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
MESA DIRETORA  
Secretaria de Controle Interno

Nº	DESCRIÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE A QUE SE REFERE	OBJETO	Nº PROCESSO
			telefonia móvel para a Câmara dos Deputados.	493.916/2018 (eDoc)
2	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre implantação de estações de transmissão do sinal digital da TV Câmara.	RA Nualc n. 4/2015	Avaliar a conformidade e a eficiência dos controles internos administrativos nos procedimentos de implantação de estações de transmissão do sinal digital da TV Câmara pelo território nacional.	2016/106.636 (Sidoc)
3	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre obras e serviços de engenharia - execução direta	RA Nualc n. 1/2016	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão relacionados aos procedimentos de execução direta de obras e serviços de engenharia na Câmara dos Deputados	127.691/2016 (eDoc)
1	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre planejamento orçamentário e execução contratual - Secom	RA Nualc n. 2/2016	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da gestão relacionados aos processos de trabalho "Gerir orçamento setorial", "Gerir aquisições (compras e contratações)" e "Gerir contratos", com delimitação de escopo nos processos da Secretaria de Comunicação Social (Secom).	131.934/2016 (Sidoc) 472.984/2018 (eDoc)
1	Monitoramento das recomendações da auditoria sobre gestão de eventos	RA Nualc n. 1/2017	Avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos da Gestão de Eventos na Câmara dos Deputados	2017/255.378 (eDoc)